



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

E-GOV E GOVERNO DIGITAL: REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

JAPSON GONÇALVES SANTOS SILVA¹

MARIA ALCINA TERTO LINS²

RESUMO:

O presente texto, tem por objeto de estudo a incorporação das TIC no âmbito do serviço público brasileiro, visando analisar de que forma essas inovações tecnológicas repercutem na operacionalização das políticas sociais, principalmente a partir da E-gov e do Governo Digital, enquanto modelos de gestão pública que reforçam a incorporação subalterna do Brasil ao sistema do capital.

Palavras-chave: Tecnologias da Informação e Comunicação(TIC). E-gov. Governo Digital. Política social.

ABSTRACT

The purpose of this text is to study the incorporation of ICT into the Brazilian public service, with the aim of analyzing how these technological innovations have an impact on the operationalization of social policies, especially E-gov and DigitalGovernment, as models of public management that reinforceBrazil's subaltern incorporation into the capital system.

Keywords: Information and Communication Technologies (ICT).E-gov. Digital Government. Social policy.

INTRODUÇÃO

As análises realizadas no âmbito da administração pública sobre o processo de incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na gestão do serviço público brasileiro tendem a enfatizar como esse processo viabilizaria a melhoria da capacidade do

¹ Universidade Federal de Alagoas

² Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Estado de governar e formular suas políticas. Os estudos evidenciam que o uso dessas tecnologias possibilitaria uma “maior transparência na gestão econômica e fiscal da administração pública, buscando maior eficiência e melhoria da qualidade dos serviços públicos [...] contribuindo para o aumento da legitimação dos governos e estabelecimento de novas maneiras de gerir as atividades públicas” (Barbosa, Faria, Pinto, 2004, p.2). Assim, as TIC serviriam para redesenhar e otimizar os processos e as rotinas das organizações públicas estatais.

Os estudos nessa área demonstram que as experiências iniciais relacionadas ao uso das TIC no âmbito do serviço público brasileiro datam dos anos 1960, quando o Estado ampliou o gerenciamento dos serviços incorporando essas tecnologias e criando as primeiras organizações públicas de processamento de dados como a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Tais organizações foram criadas para atuarem como prestadoras de serviços e de gestão em soluções e produtos de tecnologia relacionadas à administração pública e às entidades privadas, visando a eficiência e a otimização dos processos. (Dias, Sano, Medeiros, 2019).

Entretanto, o que esses estudos não problematizam é que o investimento neste campo tecnocientífico objetivou fomentar e desenvolver medidas que viabilizassem o propagado progresso tecnológico e científico no país, com ênfase nos setores técnicos e da ciência em consonância com a modernização conservadora que estava em andamento no Brasil. Modernização subalternizada ao projeto burguês de consolidação do modo de produção capitalista, caracterizada pela abertura à industrialização com baixo custo da força de trabalho e o controle político sobre a classe trabalhadora, sobretudo, com ações contrárias ao sindicalismo. Parte da década de 1960 e início de 1970 demarcam os anos iniciais do regime militar no país, período este marcado por uma conjuntura paradoxal, em que, “o regime que promovia o crescimento da economia, sob a retórica do ‘milagre econômico’ [...] ao mesmo tempo era responsável pelo aumento brutal da desigualdade social e pela regressão dos direitos civis e políticos, mediante a censura e a repressão” (Perlatto, 2014, p.463). Com forte apelo ao desenvolvimento e a modernização, as influências internacionais, especialmente, norte-americanas, estimulava a adoção de políticas modernizadoras³, principalmente na área de

³ Nessa época foi instituído o Decreto Lei nº 200/1967 com o objetivo de descentralizar e proporcionar maior flexibilidade à administração pública, incentivando a expansão da administração indireta, criando Autarquias, Empresas Públicas, Fundações e sociedades de Economia mista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formação de novos quadros, visando melhorar os índices de escolaridade para alguns poucos trabalhadores e desmobilizar o ímpeto revolucionário, criando a base necessária para a expansão do capitalismo nos países considerados subdesenvolvidos.

Na medida em que isso ocorre, vai se configurando uma reorganização política da sociedade brasileira em que compete ao Estado promover as condições para essa modernização, mediante o incentivo ao setor privado com políticas fiscal e monetária que assegurem, a viabilidade econômica e política do capitalismo industrial. No centro dessa efervescência ideológica internacional, os ideólogos do capital defendiam a integração da universidade ao capitalismo industrial enfatizando o desenvolvimento científico e tecnológico como peça fundamental para superar o atraso econômico e social do Brasil, mediante a articulação entre ciência, tecnologia e educação superior para impulsionar o setor industrial brasileiro. Assim, coube ao Estado proporcionar um ambiente favorável à realização de investimentos, mediante consensos sociopolíticos e incentivos às inovações tecnológicas no setor produtivo, ou seja, intervindo em setores estratégicos, cria as condições para que a acumulação se realize de forma abrangente e variada.

A expansão das inovações tecnológicas requerida e impulsionada por aportes estatais ocorreu concomitante a acentuação da desigualdade econômica e social do país, além de aprofundar a subordinação e a dependência econômica nacional diante dos países de capitalismo avançado. Conforme os estudos de Pinto (2005) à medida que a tecnologia advinda dos “países ricos” é “enxertada” nos países subdesenvolvidos (“países pobres”, conforme o autor), ela se expressa como elemento de dominação. O mencionado autor afirma que:

convertendo a estruturação do centro imperial em paradigma, estabilizam as relações de dominação, apresentam o centro dominante com a figura de modelo perfeito que tem de ser reverenciado e imitado para que os ensaios de desenvolvimento nas áreas pobres consigam atingir um grau equivalente de “racionalidade” da produção e do uso da tecnologia (Pinto, 2005, p.653).

Para o autor, a mera aquisição, pelos países subdesenvolvidos, dessas tecnologias avançadas, não proporcionaria um progresso econômico tampouco social, resultaria em seu inverso, em que afetaria a organização da produção e a reprodução das relações sociais, pois

o país fica ainda mais perturbado em seu processo produtivo, porque ao lado da fabricação modernizada subsistem as áreas estacionárias, ou até em declínio reclamando atenção, porquanto são focos sociais atuantes [...] [resultando] no aumento da disparidade interna, manifestado, em termos gerais, nas desigualdades regionais, grave problema político de todo país subdesenvolvido [...] o país colonizado, ao receber a nova tecnologia, com isso parecendo desenvolver-se, o que na verdade faz é embrenhar-se num cipoal de contradições e dificuldades políticas [...] que o faz aparecer como simultaneamente rico, adiantado e exibindo obras públicas demonstrativas de considerável progresso, continuando a ser na essência um país atrasado, pobre e sem autonomia [...] Sob a máscara das cidades em pleno crescimento, onde se realizam obras grandiosas, o que a estatística, mesmo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

imperfeita, revela a face desoladora das pungentes condições de vida das populações. (Pinto, 2005, p. 474-5).

Portanto, não são ingênuas as análises que defenderam a industrialização impulsionada e orquestrada pelo Estado, pois se tratava em verdade, do alinhamento aos interesses do capital internacional, em que o desenvolvimento econômico nos países centrais estabeleceu fortes restrições à incorporação destes mesmos avanços nas economias periféricas. Os países subdesenvolvidos atendiam aos requisitos necessários ao processo de acumulação capitalista: oferta de força de trabalho barata, facilidades fiscais e rebaixamento dos custos de produção.

Os avanços tecnológicos na sociedade capitalista se constituem também como inovadas formas de controle do processo de trabalho em que o acelerado processo de automação microeletrônica na indústria, com a introdução de equipamentos informacionais, gerou modificações na gestão e organização do trabalho e nos processos de controle da produção, substituindo os antigos operadores por programadores, além de impor a redução parcial ou total da intervenção humana no processo produtivo.

Desse modo, análises que se propõem críticas, devem considerar as inovações tecnológicas como inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista, resultado de determinadas relações sociais de produção, cujo avanço está entrelaçado ao desenvolvimento das forças produtivas. As modificações na base técnica, não podem ser explicadas endogenamente, é fundamental partir do pressuposto que a tecnologia enquanto criação humana resulta de processos sociais, marcados por interesses divergentes entre as classes sociais. Ou seja, o desenvolvimento tecnológico decorre da Lei geral da acumulação do capital, haja vista que a burguesia necessita renovar constantemente as forças produtivas, e para tanto, cabe ao Estado desenvolver um conjunto de ações que atenda ao movimento geral de acumulação de capital.

Pois, a dinamização da economia capitalista ganha impulso (e sustentação) através da intervenção estatal, seja regulando a relação capital/trabalho, seja financiando o desenvolvimento do capital, sobretudo como estratégia diante das dificuldades de valorização de capital e da tendência para a redução da taxa média de lucros, haja vista os movimentos ascendentes e descendentes da acumulação de capital. A esse respeito, as análises de Mandel são esclarecedoras:

[...] a administração da crise é uma função vital do Estado [...] para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente. Economicamente falando, essa administração das crises inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32 (MANDEL, 1982, p.340).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Evidenciando assim, que a base socioeconômica do capital é totalmente inseparável de suas formações com o Estado, pois, embora possuam estruturas diferenciadas, ambas se conjugam numa totalidade. Imbricado no processo de desenvolvimento do capitalismo, os modelos de gestão E-gov e Governo Digital correspondem a um processo gradual e multifacetado de digitalização dos serviços públicos brasileiros alinhado às orientações de Organismos Internacionais para os países da América Latina visando a reestruturação de procedimentos estatais, em busca da implementação das reformas administrativas no âmbito estatal, que culminaram na implantação do projeto político neoliberal nos países latino americanos.

2. Do Governo eletrônico à Transformação Digital no serviço público brasileiro

As propostas de inovação a partir da implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação, alcançam também os serviços, sobretudo o âmbito dos serviços públicos. As análises realizadas em meados dos anos 1990, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para os países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, indicavam a necessidade da incorporação das TIC na administração pública como uma eficiente estratégia para modificar a maneira como os governos interagem com os cidadãos, com as empresas e com outros governos. Para tanto, a experiência do “Governo Eletrônico” ou “E-gov”, durante o Governo de Bill Clinton, cuja proposta associava a Tecnologia de Informação (TI) à internet como uma ferramenta de gestão direcionada para maximizar a eficiência da Administração Pública (e-Administração), para qualificar a prestação dos serviços (e-Serviço) e para possibilitar uma efetiva participação dos cidadãos no processo político (e-Democracia) serviu como parâmetro para impulsionar as reformas administrativas governamentais (Medeiros, 2004). De acordo com os estudos de Fernandes (2007), a premissa de um governo eletrônico

[...] é a aplicação da TI como componente intrínseca a novos modelos de gestão e de governança. Em seu sentido usual, refere-se à oferta de serviços e informações ao cidadão por meio de um novo e inovador canal – a Internet. A definição mais ampla inclui a utilização da TI na integração de processos, transações e operações internas da administração pública e no relacionamento com a sociedade utilizando meios de comunicação eletrônicos.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2003), o Governo eletrônico institui o uso das TIC como parte das estratégias de modernização do Estado, objetivando proporcionar benefícios à sociedade. Pressupõe ainda que as mudanças organizacionais incluam flexibilidade nas disposições trabalhistas e na remuneração dos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadores. É necessário:

competências adicionais em setores tais como o gerenciamento do desempenho, os quadros de trabalho relativos à responsabilização, a cooperação e a colaboração entre departamentos, e parceiros públicos e privados. Os governos deveriam tomar medidas para identificar e garantir (através da formação e terceirização) as qualificações necessárias para um governo eletrônico eficaz [...] Os governos trabalham com parceiros privados para ter acesso a competências e produtos, reduzir riscos, aproximar-se do capital privado e integrar o fornecimento de serviços governamentais nas filiais do setor privado (OCDE, 2003, p.7).

As recomendações da OCDE evidenciam que não se trata apenas da combinação do uso das TIC no suporte de novas formas de gestão e trabalho na administração pública, mas sim, de uma reestruturação da atuação estatal de forma tal que desenvolvam um potente conjunto de ações que atendam ao movimento geral de acumulação do capital, incorporando princípios ideológicos vinculados ao modelo de Estado neoliberal baseadas principalmente na garantia de uma maior flexibilidade e autonomia de gestão.

No Brasil, esse movimento ganha destaque em meados dos anos 1990 com o uso da microeletrônica e da comunicação digitalizada, da modernização dos processos de produção mediante flexibilidade e adaptabilidade na organização dos serviços. Tendo como base, a proposta de uma gestão pública flexível, eficiente e orientada para o alcance de objetivos e resultados. Para alguns autores haveria a possibilidade do desenvolvimento de uma governança democrática que tornasse mais eficiente o relacionamento entre o governo e o cidadão (Cunha; Miranda, 2013).

No Brasil, tal projeto se consolidou na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a instauração da Reforma Gerencial do Estado, cuja proposta era a de reconstrução do Estado visando resgatar a autonomia financeira e a capacidade de implementar políticas públicas eficientes (Brasil, 1995). Dentre as várias modificações na estrutura governamental, destaca-se a implementação de novas ferramentas de gestão baseadas nas TIC, conforme podemos constatar em um dos cadernos da Administração e Reforma do Estado (MARE):

[...] aquisição de equipamentos e programas de forma planejada, assegurando padrões mínimos de atualização tecnológica e a criação de condições para a compatibilidade e intercomunicabilidade entre os sistemas, programas e equipamentos, mediante normatização, sob responsabilidade do MARE; desenvolvimento da convergência e da integração entre as bases de dados e sistemas de informações existentes, de forma a racionalizar e tornar compatível entre si a informação armazenada, evitando duplicações e contradições entre os sistemas; implantação de rede interna que permita a comunicação e transmissão de dados entre o técnicos e dirigentes que disponham de microcomputadores, alcançando todos os órgãos da administração federal; utilização da Internet para ampliar o acesso a informações sobre as políticas, projetos e ações do Governo, assim como sobre a tramitação de demandas dirigidas aos órgãos públicos ou de

interesse do cidadão, tais como processos, licitações, concursos, etc. (Brasil, 1998, p. 113).

Para tanto, foi criado o Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação, estabelecendo as bases para massificação da comunicação digital e propondo melhorias nas áreas de infraestrutura de informação e conhecimento digital (Brasil, 1999), cuja “missão” foi:

[...] articular e coordenar o desenvolvimento e utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e suas aplicações na Sociedade, de forma a garantir vantagem competitiva para a pesquisa, desenvolvimento e ensino brasileiros, acelerando a oferta de novos serviços e aplicações na Internet, em prol da inserção internacional dos produtos, serviços e empreendimento brasileiros (Brasil 1999, p.05).

Se estabelecia assim, as primeiras iniciativas governamentais para a realização de uma modernização da administração pública, com a finalidade de promover o desenvolvimento da sociedade da informação no país, visando aumentar a transparência e a participação democrática, haja vista que se propagava a ideia de que o setor público era ineficiente e ineficaz. Como parte dessa denominada modernização estatal, as inovações tecnológicas, viabilizadas pelas tecnologias emergentes da informatização e da internet, ocuparam lugar privilegiado na administração pública, ao proporcionarem a potencialização da capacidade de coordenação, articulação e comunicação interna e externa da gestão estatal, visando consolidar a proposta de Governo Eletrônico (*e-government*) ou e-gov.

Em meados dos anos 2000 ocorreu a implantação do Governo Eletrônico (e-Gov) no Brasil, a partir da criação de um Comitê Executivo do Governo Eletrônico – CEGE, cujo trabalho esteve centrado em três linhas de ação: universalização de serviços, governo ao alcance de todos e infraestrutura avançada (Braga, et all, 2008). Constituindo assim, a automação de sistemas e processos administrativos públicos. Para Chahin et al. ((2004) apud Agner, 2008, p.8), o desenvolvimento do e-Gov passou por 4 fases:

Fase 1 – A presença na Web – Nesta primeira fase, os sites de órgãos do Estado se preocupam em disponibilizar informações. Grande parte das organizações públicas ultrapassou essa fase e a informação agora é publicada levando em conta diferentes públicos-alvo. [...] Fase 2 – A interação com o usuário – Inclui a disponibilização de formas de interação para contatar o órgão. [...] Fase 3 – As transações e serviços – Esta fase apresenta aplicações em que os usuários operam o site e completam transações. [...] Fase 4 – A reinvenção do Estado – A prestação de serviços e as operações do Estado são redefinidas. Os serviços são integrados, sobrepondo-se à lógica de fronteiras entre órgãos e departamentos.

Com a progressiva incorporação das TIC na gestão pública, outras esferas da atividade governamental passaram a ser automatizadas através da criação de sistemas e aplicações. De



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acordo com os estudos de Possamai (2014):

[...] foram criadas as primeiras páginas oficiais na web, com informações sobre serviços públicos, contas e gastos governamentais, com vistas a ampliar a accountability e a transparência. Na Internet, novos canais de comunicação foram criados a fim de ampliar a atenção e a interação com cidadãos, empresas e organizações não estatais, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Softwares governamentais foram programados para facilitar e otimizar a arrecadação tributária. Sistemas de informação, correio eletrônico e intranets foram implantados no intuito de reduzir os custos transacionais e financeiros dos procedimentos burocráticos internos e melhorar a prestação de serviços (Possamai, 2014, p.51).

Ainda nesse sentido, outras medidas foram realizadas pelo Governo Federal, em 2016, foi publicado o Decreto n.º 8.638⁴, instituindo a Política de Governança Digital para o Poder Executivo com o intuito de elaborar uma Estratégia de Governança Digital (EGD) da administração pública federal. Em 2018 houve a publicação do documento intitulado Estratégia brasileira para a transformação digital (E-digital) apontando estratégias para “aproveitar todo o potencial das tecnologias digitais para alcançar o aumento da produtividade, da competitividade e dos níveis de renda e emprego por todo o país” (E-DIGITAL, 2018).

Em meados de 2020, foi instituída a Estratégia de Governo Digital, visando “tornar a Administração Pública Federal mais acessível à população e mais eficiente em prover serviços aos cidadãos” (Brasil, 2023, p.10). Ainda nesse processo denominado de transformação digital, foi criada em 2021, a plataforma SOUGOV.BR enquanto ferramenta tecnológica que proporcionaria agilidade, simplificação e desburocratização no âmbito da gestão de pessoas na Administração Pública Federal, em busca por uma eficiência na governança que promovesse um maior controle dos gastos públicos, haja vista possibilitar “economia para os cofres públicos em relação à melhor utilização dos recursos materiais, com eliminação de papel, impressão, serviços de correios, etc. [...] e menos burocracia quanto aos requisitos exigidos dos usuários para acesso aos serviços de gestão de pessoas” (Brasil, 2023, p.18).

Mais recentemente, durante o atual governo Lula, foi instituído o Decreto n.º 12.069/24 que formaliza a Estratégia Nacional de Governo Digital cujo objetivo central é “a busca de um Estado mais inclusivo, eficaz, proativo, participativo e sustentável” e estabelece outros objetivos para o período de 2024 a 2027 que envolve “diversificar e indicar as fontes de financiamento da transformação digital”; “desenhar serviços com linguagem simplificada, acessibilidade e jornada personalizada, aprimorando a experiência do usuário, com prioridade para populações vulneráveis”; “Prover opções de conectividade pública, para acesso gratuito e facilitado a soluções de prestação de serviço digital pela sociedade, especialmente

⁴ Revogada em 2020, pelo Decreto n.º 10.332, de 28 de abril de 2020 que instituiu a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022.

utilizando estrutura de canais de atendimento presencial e outros prédios e equipamentos públicos” dentre outras recomendações (Governo Digital, 2024).

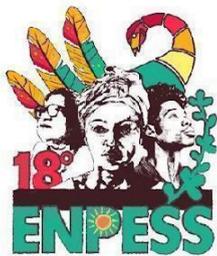
Uma análise mais apressada e superficial afirmaria que as Tecnologias da Informação e Comunicação promoveram uma revolução na governança pública, transitando do Governo eletrônico para o Governo Digital, atribuindo às tecnologias o poder de realizar mudanças nas esferas sociais, políticas e econômicas. Sem negar o impacto das inovações tecnológicas nos processos produtivos e no âmbito dos serviços, é fundamental considerar a tecnologia a partir de sua base material, considerando o desenvolvimento tecnológico pela dinâmica e racionalidade do processo de produção social, em que o protagonismo cabe ao trabalho humano e não a máquina ou a natureza, pois “os homens nada criam, nada inventam nem fabricam que não seja expressão das suas necessidades, tendo de resolver as contradições com a realidade” (Pinto, 2005, p. 84).

Particularmente, no campo da administração pública, é necessário considerar que a implantação do Governo Digital no Brasil corresponde às Recomendações sobre Estratégias de Governo Digital da OCDE e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, configurando assim, mudanças substanciais em direção a um ajuste de contornos neoliberais, em que cabe ao Estado oferecer as bases políticas e econômicas para que o capital mantenha seu voraz processo de acumulação em detrimento das necessidades da classe trabalhadora, como veremos no item a seguir.

3. Repercussões da transformação digital nas políticas sociais brasileiras

As reformas administrativas no âmbito da administração pública brasileira são na verdade contrarreformas definidas pelo processo de reestruturação do capital, alinhadas ao movimento de mundialização de capital efetivando uma inserção passiva do Brasil na dinâmica do capitalismo contemporâneo, com mudanças na organização do trabalho e impondo a reconfiguração das políticas sociais mediante o desfinanciamento da proteção social por parte do Estado (Behring, 2003).

É sob a luz da reestruturação produtiva, bem como os mecanismos de regulação social que acompanham essa reestruturação do capital, que se cristalizam os elementos essenciais à análise do processo de Plataformização do trabalho associado a automatização dos serviços públicos. Para Grohmann (2021) a plataformização do trabalho é a materialização e consequência de um processo histórico movido pela dinâmica de financeirização do capital e pela racionalidade neoliberal, marcado pela crescente dependência de infraestrutura digitais -



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

geralmente alimentadas por dados e autorizadas por algoritmos, considerando as interações entre financeirização, neoliberalismo e dataficação.

Conforme evidenciado no item anterior, é crescente a incorporação das TIC nos modelos de gestão pública, intensificando a dataficação enquanto um processo de “quantificação e o monitoramento contínuo da vida humana, visando transformar todas as ações, comportamentos e perfis em dados comercializáveis a partir da criação de sensores e algoritmos desenvolvidos especificamente para esse fim” (Schiavi, 2021, p.158). Reduzindo a complexidade e a contingência da vida a códigos e dados (Segata; Rifiotis, 2021). De acordo com os estudos de Lemos (2021), a dataficação:

é um processo de tradução da vida em dados digitais rastreáveis, quantificáveis, analisáveis, performativos. Mesmo que processos de digitalização continuem a acontecer (criar um *website*, quantificar o número de passos de uma pessoa por dia, transformar um livro impresso em *e-book*, entre outros), eles estão inseridos em procedimentos algoritmos mais amplos de tratamento e captação de dados (*Big Data*, *machine learning*). **A dataficação possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos** e inferências nos mais diversos domínios (Lemos, 2021, p.194, grifos nossos).

A dataficação, embricada ao processo de Plataformização do trabalho, envolve converter diversos aspectos do mundo concreto e físico em dados passíveis de serem quantificados on-line, possibilitando o rastreamento desses dados e a utilização para elaboração de perfis e diagnósticos. Os dados coletados são processados e analisados gerando relatórios que poderão ser utilizados seja na gestão pública, seja na gestão privada.

Uma algoritmização da vida que para alguns autores evidencia um capitalismo de dados (Couldry, 2020).

[...] o que está ocorrendo com os dados, no mundo todo, representa genuinamente uma nova fase, um novo estágio do desenvolvimento do colonialismo. Um colonialismo de dados [...] assim como o colonialismo original há 500 anos preparou a base para o capitalismo industrial, surgido 200 anos depois. E este novo colonialismo se apropria de um tipo diferente de ativos. O antigo colonialismo se apropriava da terra, de minerais e produtos agrícolas. Se apropriava das pessoas, principalmente escravos, para extrair valor da terra. Mas o novo colonialismo de dados se apropria de nós, seres humanos, do fluxo da nossa vida cotidiana. [...] [assim] o Colonialismo de dados é uma ordem emergente, social e econômica para a apropriação da vida humana de forma que se possam extrair continuamente dados dela visando o lucro (Couldry, 2020, p.4).

Estamos nos referindo ao novo colonialismo datificado que continua a reproduzir a precarização do trabalho, intensificando a submissão social em decorrência da servidão maquínica e algorítmica a qual os trabalhadores estão submetidos nessa fase do capitalismo mundial. Haja vista que os espaços produtivos estão cada vez mais conectados às plataformas digitais e aos algoritmos, baseando-se em um alto grau de informatização, automação e

robotização (Antunes, 2023).

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo **proletariado da era digital**, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do **fim do trabalho na era digital**, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar **escravidão digital**. Em pleno século XXI. (ANTUNES, 2020, p. 32 grifos do autor).

Os processos que envolvem a automação das políticas sociais brasileiras estão inseridos na dinâmica de Plataformização do trabalho, dataficação da vida e colonialismo e dados. O caráter neoliberal da incorporação tecnológica nos países de capitalismo periférico além de reforçar os processos de subalternização aos países imperialistas impõe novas formas de governar que amplia a rede tecnológica na gestão pública possibilitando não apenas a otimização dos recursos, mas, sobretudo aumenta o potencial de vigilância, controle e monitoramento da classe trabalhadora. A análise realizada por Ricaurte (2023) pontua que:

os estudos sobre dados e colonialismo digital devem levar em conta o processo de colonização que reproduz a injustiça dentro e fora dos países, exerce violência sobre corpos generificados e racializados, exacerba divisões de classe, prejudica nossa relação com a natureza, exclui expressões de diversidade e idiomas tradicionais, além de apagar visões alternativas do mundo para que a tecnologia possa continuar a operar como uma forma renovada de opressão (Ricaurte, 2023, p.10).

Trata-se de um extrativismo digital que visa transformar a própria vida em um fluxo contínuo de dados, a partir de um ordenamento neoliberal que amplia cada vez mais os processos de desigualdade social e a dependência às Big Techs, em que “cabe ao Estado assegurar que essas empresas assumam a criação, execução e manutenção do máximo de ações possíveis” (Silveira, 2021). Assim, cada vez mais atividades antes executadas pelo Estado passam a ser geridas por empresas privadas. A esse respeito, o autor exemplifica essa questão, com o a situação vivenciada com a criação do SISU, que é um Sistema eletrônico de Seleção Unificada do MEC que reúne as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil.

O SiSU é um sistema informatizado, criado em 2010, pelo qual as instituições públicas de ensino superior ofertam suas vagas conforme as notas obtidas pelas pessoas que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A direção do MEC decidiu **entregar os dados do SiSU para serem processados na nuvem da Microsoft**, chamada Azure. Ou seja, hospedou os dados do desempenho escolar de milhões de estudantes brasileiros para serem tratados na plataforma estadunidense. O principal argumento foi o do alto custo em manter esses dados em um *data center* do próprio (Silveira, 2021, p.40).

Assim, as empresas-plataforma “funcionam e obtém lucros com a manipulação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

(produção/processamento/distribuição) de informações” (Monteiro, 2008), evidenciando assim, que dados e algoritmos são parte das infraestruturas da sociedade. O mercado de dados é altamente lucrativo para o capital, conforme evidenciou o estudo de Silveira (2021, p.44), ao constatar que “em 2019, os faturamentos das cinco grandes *big techs* – Google / Alphabet, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft – atingiram a estratosférica quantia de 899 bilhões de dólares”.

As análises de Silveira (2021) evidenciam que o colonialismo de dados também serve para intensificar o processo de empobrecimento dos países periféricos, em que a “fusão do ordenamento neoliberal com as teias de colonialidade” reforçam o caráter de país subalternizado e dependente, consumidor de tecnologias e técnicas criadas pelos centros imperialistas, adquirindo “técnicas retardadas, nas quais repousa praticamente a economia do país” (Pinto, 2005). Além disso, a racionalidade algorítmica instituída nos serviços públicos serve ainda para a vigilância e o perfilamento dos pobres, acentuando cada vez mais os níveis de desigualdade (Eubanks, 2021), uma vez que a coleta de dados serve para o desenvolvimento de tecnologias de inteligência artificial (IA) moldadas por decisões

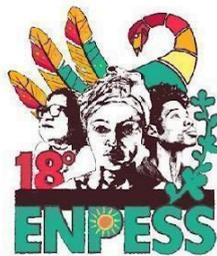
expressam as desigualdades de classe e raça. De acordo com Eubanks:

[...] as novas ferramentas que vemos na assistência pública, como *bots* desempenhando trabalhos de estatística e tomadas de decisão baseadas em inteligência artificial e aprendizado de máquina, funcionam de maneira praticamente igual à *poorhouses*, ou seja, traçando potenciais comportamentos futuros das pessoas, policiando suas moralidades e despesas e punindo aqueles que pedem por ajuda. (Eubanks, 2021, p.182).

Não faltam exemplos de implicações discriminatórias de decisões algorítmicas, pois a dataficação não elimina as contradições sociais, em alguns pode até intensificar esses processos, considerando as multiplicidades étnicas, raciais, etárias, nacionais e de gênero no ambiente digital.

Um exemplo é o Centro de Operações Rio (COR), implementado pela IBM no Rio de Janeiro como um projeto piloto de *smart city* baseado na dataficação, com coleta contínua de dados e monitoramento permanente centralizado em uma sala de operação para vigilância ininterrupta dos fluxos da cidade. As tecnologias adotadas não foram pensadas levando-se em conta as necessidades da cidade; apenas transferidas de uma corporação estadunidense para um território brasileiro. Também não houve discussão social sobre a adoção; apenas uma decisão impositiva do poder público. Como se vê, as tecnologias estrangeiras são, geralmente, adotadas de duas formas nos países periféricos: com anuência do poder público submisso ou por violência explícita; em ambos os cenários com forte alinhamento neoliberal e participação de companhias privadas (Schiavi, 2021 p.163).

Fundamentados nos pressupostos da dataficação, a digitalização de processos no âmbito da administração pública, mediante a construção de bancos de dados seguem a lógica da modernização conservadora, regidos pela orientação neoliberal de otimização dos gastos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estatais, e desmonte do sistema de proteção social, constituindo assim, o solo fértil para o agravamento e complexificação das expressões da questão social. Incapaz de romper com as assimetrias e as desigualdades do capital as contrarreformas estatais, pautadas em modelos inovadores de gestão, tais como a transformação digital, servem para manter as relações desiguais entre capital e trabalho, e a monetização da vida, recorrentemente transformada em dados.

4. Considerações finais

As análises feitas nesta comunicação são preliminares e não almejam abarcar todos os aspectos que envolvem o processo de incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na gestão pública, sobretudo, problematizando o E-gov e do Governo Digital, enquanto modelos de gestão pública que reforçam a incorporação subalterna do Brasil ao sistema do capital em atendimento à lógica de Plataformização do trabalho e dataficação da vida.

Contudo, elas são importantes pois avançam na reflexão crítica sobre o papel estratégico do Estado em assegurar as contradições de produção e reprodução do capital, mediante a desregulamentação de direitos sociais, garantias fiscais ao capital, privatização dos serviços, rompendo com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade, ainda mais nesse contexto de aumento exponencial do universo informacional-digital orquestrado pela lógica de acumulação capitalista.

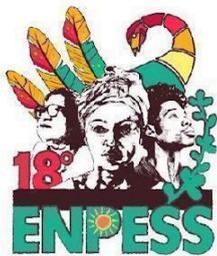
Referências

AGNER, Luis Carlos. O movimento dos *e-governos* do Brasil e do Canadá em direção a uma cultura de interfaces centradas no cidadão. In: **Interfaces Brasil/Canadá**. Rio Grande, nº 8, 2008. p. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/interfaces>. Acesso em 18 de dez. de 2023.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Icerbergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 13-39.

BARBOSA, Alexandre F; FARIA, Fernando I. de; PINTO, Solon L. Governo eletrônico: um modelo de referência para a sua implementação. **Anais** do Congresso Anual de Tecnologia de Informação. FGV – EAESP. 2004. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/19564-19565-1-PB.pdf> Acesso em 18 de ago. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAGA, Lamartine V. et all. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Rev. do Serv. Púb.** Brasília 59, Jan/Mar 2008. Disponível em: <http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/137/142>. Acesso em: 18 de dez. 2023.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. **Bases de um Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação**. 1999. Disponível em: Catálogo - Programa Sociedade da Informação (ipea.gov.br) Acesso em 18 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Decreto Lei nº 200/67**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Senado Federal. Brasília.

BRASIL. **Decreto n.º 10.332/20**. Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10332.htm#art14. Acesso em: 5 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Os avanços da reforma na administração pública: 1995-1998**. Brasília: MARE, 1998. 127 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; c. 15).

BRASIL. SouGov.br – A transformação digital de gestão de pessoas do poder executivo federal. 2003. Disponível em: NOVA - Startup SOUGOV.BR (editorial) (www.gov.br) Acesso em: Acesso em 18 de ago. 2024.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Brasília, 1995, p. 01-68.

COULDRY, Nick. Colonialismo de dados e esvaziamento da vida social antes e pós pandemia de Covid-19. **Palestra**. In: XIX Simpósio Internacional IHU: Homo Digitalis. A Escalada da Algoritmização da vida em tempos de pandemia. 2020. Disponível em: [Nick_Couldry.pdf \(unisinos.br\)](#). Acesso em: 25 de ago. de 2024.

CUNHA, Maria Alexandra V. C. da; MIRANDA, Paulo Roberto de M. O Uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e prática nacional. **Revista OES**. v.20 - n.66. Salvador, 2013. p. 543-566. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/gDHX66twKTVV6SD3VJnKSWL/?format=pdf&lng=pt> Acesso em: 28 de mai. 2023.

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. **Inovação e tecnologia da comunicação e informação na administração pública**. Brasília: Enap, 2019.

E-DIGITAL. **Estratégia brasileira para a transformação digital**. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Henriksen, Alexandre Lauri, Et al. 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

EUBANKS, Virginia. A automatização das desigualdades no setor público. In: GROHMANN, Rafael (Org.) **Os Laboratórios do Trabalho Digital** - entrevistas. São Paulo, Boitempo, 2021. p. 181-185.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. **Maturidade do governo eletrônico**: análise de experiências estaduais. Trabalho elaborado para apresentação em seminário de pesquisa do curso de doutorado em Administração da EBAPE-FGV. 2007. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1694/1/Maturidade%20do%20governo%20elet%C3%B4nico%20nos%20estados.pdf> Acesso em: 17 jun. 2023.

GOVERNO DIGITAL. **Estratégia Nacional de Governo Digital**. 2024. Disponível em: *Estratégia Nacional de Governo Digital — Governo Digital* (www.gov.br) Acesso em: em 10 de jun. de 2024.

GROHMANN, Rafael (Org.) **Os Laboratórios do Trabalho Digital** - entrevistas. São Paulo, Boitempo, 2021. (p. 11-23).

LEMOS, André. Dataficação da vida. **Revista de Ciências Sociais** - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. 2021, p. 193-202. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.40987> Acesso em: 10 de ago. de 2024.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

MEDEIROS, P. H. E-gov no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2004.

MONTEIRO, Arakin Queiroz. Orkut, Subjetividade Coletiva e Valor: considerações preliminares à luz da economia política da comunicação. In: **Revista Eptic**, v. 10, n. 2, 2008. p. 01–26.

OCDE. **Síntese Estudos da OCDE sobre o Governo Eletrônico** - O Governo Eletrônico: um Imperativo. 2003. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/governance/the-e-government-imperative/summary/portuguese_9789264101197-sumpt?parentId=http%3A%2F%2Finstance.metastore.ingenta.com%2Fcontent%2Fpublication%2F9789264101197-en Acesso em 10 de jun. de 2024.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico . **Peer Review OCDE Skills**: revisão do governo digital do Brasil rumo à transformação digital do setor público - conclusões preliminares. 2018. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3627>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a Modernização Conservadora: A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis. In: **Revista Estudos Políticos**. Vol. 5, nº 2. 2014. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/38909 Acesso em: 10 de ago. de 2024.

POSSAMAI, Ana Júlia. Governo eletrônico: uma análise institucional. In: PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael. **Governança digital**: Porto Alegre: Editora da UFRGS,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2014. p.48-79.

PINTO, Álvaro V. **O conceito de tecnologia**. v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SCHIAVI, Iara. As tendências neoliberais e dataficação da incorporação tecnológica nas cidades. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce (ORG.) **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.p.148-166.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. Digitalização e dataficação da vida. **Revista de Ciências Sociais** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.40987> Acesso em: 10 de ago. de 2024.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce (ORG.) **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

RICOURTE, Paola. Epistemologias de Dados, Colonialidade do Poder e Resistência. In: **Revista Dispositiva**, v. 12, n. 22, p. 6 - 26 - jul/dez (2023) .Disponível em: v. 12 n. 22 (2023): Revista Dispositiva (jul/dez) | Dispositiva (pucminas.br) Acesso em 22 de ago. de 2024.